

OS MERCADOS FINANCEIROS E AS INDÚSTRIAS DE ARMAMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA INTERESTATAL

Aluno: Carlos Eduardo Mendes Santos
Orientador(a): Regina Célia Mattos

Introdução

Buscamos entender a relação dos mercados financeiros, as indústrias bélicas e os estados como pilares da economia e da política capitalista contemporânea atingindo as relações de poder entre os Estados, criando, mantendo e aumentando assimetrias. Essa relação vista pela geografia complexifica as análises sobre o território, sendo esse conceito, por essência, a idéia de controle. Os “territórios” dos mercados financeiros são constituídos por fluxos de informação de uma economia virtualizada, em redes, formando “nós”, portanto, fluidos e descontínuos, contrapondo-se ao território do Estado nacional e das indústrias de armamentos, o território-zona, que é fixo. É importante salientar que tais conceitos serão trabalhados de forma a mostrar a dimensão de cada concepção como “tipos ideais” que, na prática, não podem ser separados, mas que, apesar disso, podem ser apresentados com suas diferenças. Nesse sentido, a discussão sobre o território-rede e o território-zona se fazem necessários, pois, a partir do entendimento de tais conceitos, poderemos avançar na construção de uma teoria que, aliada a exemplos concretos, nos ajuda a esclarecer como a estrutura de poder estatal é construída neste momento da história das nações, sem perder de vista, o passado, revelador de estruturas e estratégias de poder que se reciclam.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação do Estado nacional com os mercados financeiros (bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros) e as indústrias de armamentos, os chamados complexos industriais militares. Buscamos entender essa relação como pilar da economia e da política capitalista contemporânea atingindo as relações de poder entre os Estados, criando, mantendo e aumentando assimetrias.

Metodologia

O Território Nacional VS. Território-Rede

Ainda está muito presente a idéia de território como o território nacional, definido por fronteiras estabelecidas, como se estivessem sempre ali, atemporal, quase que um dado natural dentro de uma geografia euclidiana, sem confrontos e sem tensões. Essa forma de enxergar o território é muito compartilhada pelas populações ocidentais, constituindo também o imaginário de um território nacional soberano. Essa última concepção está ligada ao que se [2] denomina como “o vínculo mais tradicional na definição de território é ... que faz a associação entre território e os fundamentos materiais do Estado.” Assim sendo, o que se levanta nesse tempo é o chamado território-rede, colocado nos discursos pró-globalização, como o futuro inevitável, sendo capaz de levar em conta as dinâmicas de um mundo integrado por redes de comunicação instantânea, redes de transporte cada vez mais eficazes e rápidas

[2]:

“a comunicação instantânea globalizada revoluciona a formação de territórios pela configuração de redes que podem mesmo prescindir de alguns de seus componentes materiais fundamentais, como os “condutos” ou simplesmente, dutos. Assim, com maior carga imaterial ou, mais propriamente, combinando de forma muito mais complexa o material e o imaterial, as redes contemporâneas, enquanto componentes dos processos de territorialização (e não simplesmente de desterritorialização), configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica”

É exatamente esse o desafio que a proeminência do território-rede nos traz. Esse território é muito mais fluido, na maioria das vezes influenciado fortemente por uma força externa ao conhecimento do lugar, causando um estranhamento, mesmo quando falamos numa escala de país. O território-zona é nesse sentido mais fixo, o espaço da contiguidade. Essa última concepção é atacada, e as redes passam a ser exaltadas, mas, a pergunta que devemos fazer é: será que podemos simplesmente ignorar a existência dessa dimensão do território? Bem, com relação aos Estados centrais da economia-mundo e principalmente os EUA o que se pode perceber é que essas lógicas e concepções são utilizadas de acordo com seus interesses. Ninguém pode negar que a construção de um muro separando os EUA e o México é um exemplo perfeito da concepção de território-zona posto em prática por uma política anti-imigração. Assim também a guerra do Iraque é possível porque o Estado Iraquiano tem um território-zona definido, o que dá capacidade para os interessados na guerra apelarem aos sentimentos americanos, no intuito de atingirem uma legitimidade da opinião pública contra o Iraque. Analisemos as seguintes considerações: os EUA ao enfrentarem o Iraque o fazem enquanto Estado, não entraram em uma guerra contra uma organização terrorista iraquiana. Esta guerra pressupõe invadir o território inimigo definido por fronteiras internacionais, ocupá-lo e controlá-lo. Esse é um objetivo montado sobre uma concepção de território do Estado, onde a dinâmica é ignorada, e onde não há ritmo. Podemos ver também que na guerra do Afeganistão essa mesma concepção foi utilizada, mesmo tendo como objetivo acabar com a Al-Qaeda, a guerra foi declarada contra um Estado. É necessário lembrar que as duas guerras citadas e o próprio muro construído na fronteira com o México, apenas são possíveis quando há uma concepção de território-zona, aquele que é abrigo, o território que protege, mas também o território que é concorrente, que é inimigo. Sabemos que as dinâmicas internas desses países é que colocaram efetivamente os problemas para a ocupação de seus respectivos territórios, como os territórios sunitas, xiitas ou aldeias distantes da capital do Afeganistão, que se recusam a obedecer a lógica de ocupação, apresentando verdadeiros territórios dentro do próprio território nacional. O território nacional, no entanto, está no imaginário dos americanos e em grande parte do mundo ocidental, e é exatamente esse território que deve ser “protegido” da invasão mexicana e vingado pela violação terrorista no 11 de setembro de 2001 segundo os que defendem essa concepção de território contra a fluidez das redes.

O conceito deve estar amparado na realidade, que é sempre fugaz e de impossível apreensão, e nesse sentido é preciso ressaltar que a idéia de território-zona tem sua grande força na construção dos Estados-nação e o uso de seu discurso de defesa em favor do território nacional e no ataque à rede, pois, a rede feria os desejos da burguesia nacional nascente da Europa, que buscava um mercado consumidor para seus produtos, livres da competição predatória de empresas de outros países. Ao olharmos a construção dos Estados-nação do

continente europeu vemos que as diferenças foram sendo suprimidas em favor de uma unidade na luta contra o outro. Por isso, o francês, o italiano surgem como idiomas oficiais de seus respectivos países, desprezando os outros idiomas, chamados então de dialetos. Havia um discurso pró-território-nacional e anti-rede, porque era do interesse da burguesia nascente daquela época.

Hoje há um discurso muito mais complexo: quando analisamos o sistema financeiro mundial vemos a sua efetiva possibilidade de existir como tal poder, devido a sua instantaneidade, sua velocidade, ou seja, a uma rede que é fortemente qualificada por um discurso de desterritorialização econômica, o que de fato não acontece em sentido absoluto como nos mostra [2] ao escrever que

“a verdade é que nunca iremos encontrar, a não ser num nível metafórico, redes completamente “desterritorializadas” no sentido de sua total imaterialidade. Até mesmo a “comunidade virtual”, (...) “deve ser vista sustentada, de algum modo, nas redes técnicas que tornam sua existência possível”

Essa rede financeira das bolsas de valores e bolsas de mercadorias e futuros tem seus teóricos e propagandistas que pregam o fim dos territórios nacionais e a redução do poder estatal, passando o território-zona a ser visto como uma coisa ruim e a rede como algo bom. A complexidade se dá porque hoje há um emaranhado de discursos, uns a favor dos territórios-redes, principalmente, aqueles ligados à globalização das finanças. Por outro lado, há também aqueles que atacam duramente essa fluidez, esse poder distante sempre influenciando, confrontando o poder nacional. Poderíamos, então, dizer que existe um território-zona nacional que é defendido e atacado, e um território-rede das finanças que é da mesma forma defendido e atacado. Quando as redes são exaltadas, elas o são pelos teóricos e setores ligados a essa “nova economia” onde as possibilidades de obtenção do lucro ou mais –valia vêm dessa possibilidade do movimento, do ritmo e da instantaneidade. Contudo, para grande parte das sociedades, as mais frágeis, incluindo uma parte considerável das populações dos países centrais, são afetadas pelas instabilidades criadas por essas redes de bolsas de valores, que acabam por reduzir drasticamente a capacidade de percepção da realidade econômica e política, são os “tempos lentos” das populações frágeis (contra) os “tempos rápidos” das elites globais, [6]. Assim, o território –zona representado como território nacional é extremamente atacado por impedir a fluidez, acusado de desacelerar o ritmo da “nova economia” que tem por ambição a troca de mercadorias num mundo sem embargos para a venda, onde não haja tarifas de importação/exportação, no mesmo modelo do capital financeiro. Contudo, o que queremos deixar claro é que não há purismo, não se pode atacar os Estados-nação ou a rede de bolsas de valores estando de um lado e contra o outro, de fato dentro do sistema capitalista essas idéias em teoria podem ser separadas para análise, mas na prática são complementares, o que não quer dizer sem tensões, sem contradições. Veremos como essas concepções de território-rede (mercado de capitais) e o território-zona (os Estados e as indústrias bélicas) mantêm sua relação.

A RELAÇÃO DOS MERCADOS DE CAPITAIS COM AS INDÚSTRIAS BÉLICAS VIA ESTADO

Após a quebra do sistema monetário internacional de Bretton Woods, com o fim da paridade do padrão dólar-ouro, o que se vê é um cenário que reflete a busca pela hegemonia interestatal no sistema capitalista. O sistema de Bretton Woods refletia a capacidade da economia norte americana dentro de um contexto de produção superior aos outros países, suas

indústrias eram o motor do mundo enquanto as economias européias não estavam restabelecidas e outros países do Terceiro Mundo recebiam indústrias, mas, ainda não conseguiam competir com as indústrias instaladas dentro do território americano. Contudo, com a mudança desse cenário, ou seja, outros países se apresentando na concorrência industrial, a construção de um mercado de eurodólares dentro da Europa provocando uma abundância de dinheiro à procura de rentabilidade, aliado à incapacidade norteamericana de suportar as pressões internas da sociedade americana, além do endividamento com a guerra do Vietnã acabaram precipitando a desanexação do dólar ao ouro. Segundo [1]

“ Em 1952, o mercado dos eurodólares movimentava aproximadamente 2 bilhões de dólares; em 1960, em valores líquidos, ainda não ultrapassava 4,5 bilhões. Pouco mais de doze anos depois, às vésperas da alta no preço do petróleo em 1973, esse montante atingia 160 bilhões de dólares. A partir de 1973, a massa movimentada dobra a cada três anos, até 1981”

O que ocorreu foi o dismantelamento dos instrumentos que regulavam o crédito em favor dos investimentos produtivos. Como esses reduziam cada vez mais as taxas de lucro criando uma crise no seio do sistema capitalista que tem por lógica um crescimento ilimitado, e sempre expandido , uma simples redução da taxa de lucro é capaz de criar sérias tensões dentro da lógica capitalista. Essa quebra de Bretton Woods proporcionou que o governo norteamericano tivesse acesso aos dólares fartos que estavam em busca de rentabilidade de uma forma não obrigatoriamente ligada ao setor produtivo. Os Estados Unidos precisavam do dinheiro para financiar sua dívida que crescia com os custos da guerra do Vietnã, com a perda de rentabilidade dos investimentos produtivos dentro de seu território. É nesse momento que o território-rede dos mercados de capitais passa a ter uma importância cada vez maior, questionando a capacidade dos Estados nacionais (o território-zona), provocando disputas ideológicas pró-globalização, fortemente estabelecidas via território-rede das bolsas e ao mesmo tempo um ataque ao território-nacional que passa a ser visto como um impedimento a esse fluxo. No entanto, o crédito proporcionou a compra de títulos do tesouro americano e além disso a não-paridade com o dólar permitia a cunhagem de moeda de maneira muito mais flexível. O mercado dos Estados Unidos tornou-se sem dúvida para os emprestadores de capital o mais seguro, pois, eles podem dispor de moeda forte sem terem de comprar no mercado de câmbio, facilitando sua posição na economia mundial como líder de um novo processo de acumulação, fortalecendo sua economia nacional, ou seja, as estratégias são para fortalecer a economia nacional via internacionalização. Porém, com o dismantelamento dos dispositivos que regulavam o crédito, esse montante de capital passou a se multiplicar de forma muito mais acelerada do que a capacidade de investimentos lucrativos, e nesse caso nem mesmo os Estados Unidos puderam centralizar o capital do euromercados na década de 70. Esses capitais buscaram, então, os países em desenvolvimento até que o fluxo fosse novamente recentralizado para os Estados Unidos e países de economia avançada. Nas palavras de [1]:

“assistimos então, entre 1982 e 1984, à constituição de “comitês de credores”; à elaboração de planos de reescalonamento das dívidas; à criação de um mercado secundário da dívida estatal, onde os bancos mais expostos podiam limitar seus riscos” (...) “no total, houve uma espetacular inversão de entradas líquidas de créditos privados para os países em desenvolvimento, que passaram de 26 a 1,6 bilhão de dólares. Depois, a partir de 1984, o fluxo simplesmente passou a

correr em sentido contrário, tornando-se uma transferência líquida de 25 bilhões de dólares aos bancos credores”

O que podemos perceber é uma estratégia usada para centralizar os abundantes capitais que a financeirização permite aos que têm os devidos instrumentos. Podemos afirmar que o crédito dentro do sistema capitalista é fundamental para geração de riqueza, isso pode ser entendido dentro de uma dimensão microeconômica quanto macroeconômica, uma empresa depende de crédito para se expandir não importa quão grande essa empresa seja, assim também são os Estados nacionais na busca de acesso ao crédito fácil e barato para permitir investimentos capazes de alavancar o crescimento e a obtenção de lucros. Com o fortalecimento do sistema financeiro em nível mundial a disputa para obter esse capital aumenta cada vez mais, fazendo com que os países iniciem processos que vão ao encontro das necessidades dos bancos e instituições supranacionais como o FMI, por exemplo. A crise gerada nos países de Terceiro Mundo durante a década de 80 foi por um lado causada pelo aumento do preço do petróleo, e por outro lado um aumento no preço do crédito internacional, como os países de Terceiro Mundo são dependentes de capital externo, por não terem uma poupança interna capaz de manter um nível de investimento constante, acabaram por sofrer com o aumento do crédito, principalmente, porque seus contratos estavam definidos com taxas de juros flutuantes. Como a obtenção de crédito ou melhor, a capacidade de canalizar a mais-valia mundial para um território nacional, um território fixo, ou um grupo fechado de países via território-rede, o território da fluidez, não atinge a todos igualmente, o acesso ao território-rede em favor do território-nacional passa a ser um dos dispositivos para manutenção da hierarquia estatal na economia mundial.

Outro ponto que deve ser considerado é que nesse mesmo período da década de 80, quando os Estados Unidos tinham de certa forma acabado de sair de uma guerra e onde os gastos com os esforços de guerra foram um dos motivos para liberalização dos mercados financeiros na busca pelo capital, logo a seguir o governo americano inicia um projeto militar que tem por nome “Guerra nas Estrelas” fazendo alusão ao filme de George Lucas. Isso nos leva a pensar que a lógica do capital aparece nessas palavras [5], como “esse sistema de controle sóciometabólico é estruturado de maneira mutuamente antagônica (das menores células ou ‘microcosmos’ que a constituem às mais abrangentes unidades globais de intercâmbio econômico e político)”, as contradições inerentes ao capital aparecem em evidência, pois, logo após alguns anos de prosperidade que se deu devido à reconstrução da Europa com capital norteamericano, e ajuda aos países de Terceiro Mundo para o alinhamento com os EUA no lado capitalista. Logo após esse período, a concorrência se estabelece e nesse pressuposto da economia liberal a crise se instala mais uma vez, e se instala dentro das empresas e conseqüentemente dos países. Há uma busca para se manter na liderança de acumulação tanto nas empresas quanto nos países, poderíamos dizer que há uma concorrência que busca o monopólio, e que ao alcançá-lo nega-se os pressupostos da teoria do sistema. Dessa forma a contradição nunca pára, há sempre um movimento de contradições a todo instante. É nessa busca por respostas que encontramos os complexos industriais militares, pois, como afirma [4]:

“a indústria de armamentos cria a negação fundamental da teoria liberal quando o complexo industrial militar ou a indústria da guerra que age sob os parâmetros do capital busca o lucro (a reprodução ampliada) dentro da lógica do crescimento infinito” (...) “esse crescimento não pode ser sustentado por pequenos conflitos, eles devem tomar proporções cada vez maiores, como é a sua lógica.”

O Estado é o principal agente capaz de criar uma demanda efetiva para essa indústria, criando um fluxo de investimentos constantes que atendem a diversas expectativas. Quando essa indústria é fortalecida como no caso dos EUA, em projetos como o “Guerra nas Estrelas”, eles só podem ser feitos com uma demanda criada pelo Estado, uma demanda capaz de consumir grande quantidade de capital que se encontrava em excesso no sistema financeiro e que vinha financiando investimentos nos países do terceiro mundo, se bem que muitos acabaram por comprar material bélico. Esse capital foi ‘sugado’ para financiar um projeto (Guerra nas Estrelas) que envolvia indústrias de alta tecnologia, fundamentais para manutenção das inovações de um conjunto de empresas pertencentes a um país, mantendo-o na liderança da concorrência estatal, criando bases para impor uma liderança econômica que permite vantagens tecnológicas para nos referirmos a um termo de Harvey (2004). A capacidade bélica de um país acaba por fortalecer também suas posições nas discussões diplomáticas, e na manutenção da hierarquia mundial pela força. As indústrias de armamento encontraram um papel fundamental dentro do sistema capitalista nesta fase de globalização financeira, como teve na fase anterior ao fortalecimento dos fluxos de capitais via bolsas.

Antes desse crescimento via eurodólares, os complexos militares, principalmente o norte-americano eram sustentados também pelos Estados, mais isso ocorria como consequência do grande crescimento da economia via investimentos no setor produtivo, um consumo elevado e em crescimento, sendo que inúmeros países eram sustentados pelo aumento da demanda por nichos de mercado das indústrias militares como na Coreia do Sul e Japão, que participaram ativamente da guerra da Coreia. Os EUA mantiveram seu crescimento econômico baseado na ativação de diversos setores industriais direta ou indiretamente ligados aos complexos militares na Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra, com as economias advindas da guerra. Quando as economias e as poupanças geradas na Segunda Guerra estavam em declínio e o ritmo da economia estava desacelerando, a guerra da Coreia acabou proporcionando a reativação dessa estrutura. Contudo, com a guerra do Vietnã acontecendo em um outro cenário de concorrência, os déficits pressionaram a desregulamentação dos dispositivos de crédito, aumentando a mobilidade dos fluxos de capital, o que somado aos sucessivos aumentos na taxa de juros, o governo norte americano pôde continuar com sua dinâmica de manutenção desses complexos industriais, dentro da estrutura americana de manutenção de poder, por meio do acesso privilegiado aos capitais circulantes das redes de bolsas de valores, em favor de seu Estado. O que nos mostra que os discursos pró e contra os territórios-redes e os territórios-nação escondem a complementaridade entre eles. A manutenção dos complexos industriais militares é fundamental para criação de alta tecnologia financiado pelo Estado, pois, esses contratos funcionam como subsídios, só que de uma forma disfarçada, pois, em vários momentos que se criam algo que possa efetivamente ser usado pelo setor privado o produto final acaba sendo entregue para o mercado. O computador, a Internet, e diversos tipos de produtos que hoje usamos foi durante muito tempo inviável economicamente e por isso foi financiada pelo Estado, até atender a rentabilidade para o mercado.

Considerações finais

A grande questão do capitalismo é na verdade a sobreacumulação, ou seja, o excesso de capital (liquidez) que não encontra investimentos rentáveis, assumindo assim riscos cada vez maiores. Analisando assim, vemos que o território-rede das bolas de valores atingem o ideal de atributo para a moeda, a mobilidade. Essa mobilidade e esse fluxo atende à busca investimentos cada vez mais rentáveis e mais seguros, ao mesmo tempo em que se multiplica de forma muito mais rápida gerando um volume ainda maior, e isso tornando a propensão ao risco maior, o que acarreta turbulências. Neste ponto a indústria bélica serve como um canal de investimentos via Estado e no própria bolsa de valores, já que muitas dessas empresas tem suas ações cotadas nas principais bolsas do mundo. Essa indústria atinge diversos pontos sensíveis para um Estado que busca a hegemonia em relação aos outros Estados, como uma forma de subsídios a criação de alta tecnologia, veja o projeto de escudo anti-mísseis no leste europeu, do atual governo Bush, como um escoadouro para o excesso de liquidez internacional.

Referências

- 1 -CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã 1996.
- 2 -HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios À Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.
- 3 -HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo. Edições Loyola. 2004.
- 4 -MENDES SANTOS, C. E. **Complexo Industrial Militar: A Guerra como Uma Falsa Idéia de Perturbação da Ordem no Sistema Capitalista**. XIV Seminário de Iniciação da PUC-Rio, agosto de 2006.
- 5 -MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: Rumo a Uma Teoria da Transição**. Editora Unicamp. São Paulo.2002.
- 6 -SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo. Edusp, 2004.